

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Uruca

Class.: 235

Data: 16.01.92

Pg.: _____

Intoxicações ligadas às bombas que mataram índios

João Pinduca Rodrigues

Das 60 bombas deixadas pela estatal francesa Elf Aquitaine, que realizava pesquisas sismográficas na região dos índios Sateré e Munduruku, em 1982, próximo ao município de Maués, no interior do Amazonas, mais de 30 já foram localizadas em poder dos indígenas e podem ser a causa das intoxicações provocadas pelo material existente nos petardos cujo substância química tem um poder muito mais mortífero que o Césio-137 que matou, em Goiânia, quatro pessoas e deixou centenas com sequelas irreversíveis.

Na época, em março, há dez

anos, quatro índios morreram e um ficou inválido, embora outras mortes tenham ocorrido naquela região, precedidas dos sintomas de dores de cabeça e vômitos, mas não se comprovou ter sido a causa em decorrência do produto químico que compõe as bombas francesas.

Segundo o jornal brasileiro "Folha do Meio Ambiente", edição deste mês, autor da denúncia, o veneno foi deixado pela Elf Aquitaine após ter firmado um contrato de "alto risco" com a Petrobrás. Mais de um ano após a primeira explosão, os técnicos franceses descobriram que não havia petróleo nas áreas estudadas e abandonaram a área sem retirar as bombas ou notificar o governo brasileiro

sobre sua exata localização.

Segundo o jornal, uma das bombas foi jogada com toda sua carga num dos igarapés da aldeia Munduruku, explodindo em seguida, resultando na morte de milhares de peixes. Os impactos sobre o meio ambiente jamais foram estudados e a tragédia não teve destaque nos meios de comunicação, graças a intervenção do regime militar que vigorava à época. Para o procurador jurídico Roberto Alexandre Alves Barbosa, que presidiu a Comissão de Sindicância formada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), naquele ano, o episódio de Maués "pode ser muito mais grave do que a tragédia com o Césio-137".

Muitos petardos enterrados

Durante quase três anos — lembra a reportagem — antropólogos da Funai e o ex-deputado federal Mário Juruna, cacique-Xavante, lutaram por uma indenização em favor das duas comunidades indígenas. No final de 1984, o governo francês decidiu ressarcir as aldeias e pagou 25 milhões de cruzeiros "por danos à flora, à fauna e estragos causados dentro da área indígena".

Não satisfeito, Juruna reivindicou uma indenização às famílias das vítimas, obtendo sucesso. A época, a estatal francesa Elf Aquitaine, teve que desembolsar o equivalente a 300 mil dólares — cerca de 210 milhões de cruzeiros atuais. O laudo expedido pela Polícia Federal sobre as bombas encontradas, indicou

apenas "presença de elementos tóxicos", sem, entretanto, nominá-los e, apesar do resultado do trabalho, a empresa não chegou a ser processada judicialmente e as buscas para localizar os demais petardos foram suspensas.

Segundo o ex-deputado Juruna, atual assessor do presidente da Funai, Sidney Possuelo, as muitas mortes que vem ocorrendo nas aldeias Sateré e Munduruku, sem explicações, podem ter origem na intoxicação provocada pelo material enterrado lá, envenenando a água e a terra", garante Juruna.

Segundo a "Folha do Meio Ambiente", quando a Comissão de Sindicância começou a investigar as mortes, descobriu que os índios usavam

a carga tóxica para matar saúvas (formigas), desconhecendo os riscos que tinham ao manusear o material.

Eles usaram, ainda, o pé contido nos petardos para tratamento da feridas, levando-os a um agravamento do estado de saúde ou, então, morrendo em seguida. Além das 60 bombas, das quais 30 foram encontradas em poder nos Munduruku e Sateré, apenas um deles, o índio João Tiago, de quem não se conhece o destino, guardava 20 petardos em sua maloca. Na época, a danosa ação da Elf Aquitaine, segundo o jornal, não chegou a ser encarada como crime, como chegou a propor a Comissão de Sindicância, para não abalar as relações diplomáticas entre o Brasil e a França, segundo sugeriu o então presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki.